

## PROJETO DE LEI Nº 53, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2015

*Dispõe sobre desafetação e permuta de imóveis urbanos para os fins que menciona e dá outras providências.*

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica desafetado o imóvel urbano de propriedade do **Município de Itaúna**, cadastrado como lote 09, quadra 63, Zona 00, situado na Av. São João, nº 3.260, esquina com Av. Jove Soares, com área de 249,77 m<sup>2</sup> (duzentos e quarenta e nove metros e setenta e sete decímetros quadrados), delimitado por um polígono irregular, apresentando as seguintes medidas e confrontações: 17,05 metros de frente pela Av. São João; 2,43 metros, mais 5,06 metros, mais 10,39 metros pela lateral direita, confrontando com o lote 08, de propriedade de Geraldo Celestino de Araújo; 10,30 metros, mais 8,60 metros pela lateral esquerda, confrontando com a Av. Jove Soares; e 11,61 metros pelos fundos confrontando com lote 06, de propriedade de Manoel Augusto de Carvalho e sua mulher Maria Inês Teles de Carvalho, e respectiva construção residencial com área de 138,00 m<sup>2</sup>, imóvel constante da matrícula nº 1.414, Livro 2-D, Fls. 214-B, AV-14 e R-015, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaúna.

**Art. 2º** A área desafetada na forma do artigo 1º desta Lei, objeto da desapropriação determinada pelo Decreto nº 4.626, de 16/12/2004, passa a constituir bem dominial, nos termos do artigo 99, inciso III, da Lei Federal nº 10.406, de 10/01/2002.

**Parágrafo único.** O Poder Executivo Municipal fará as necessárias alterações no cadastro municipal e consequente averbação da desafetação do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca.

**Art. 3º** Fica o Poder Executivo autorizado a permutar o imóvel descrito no artigo 1º com a empresa **ARQUÊ - PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME** - CNPJ nº 10.704.844/0001-77, sediada na Avenida São João, nº 4.452, Centro, nesta cidade, pelo imóvel urbano cadastrado como lote 04-A, quadra 76, Zona 00, situado na Rua Geraldo Fagundes, Centro, com área de 333,00 m<sup>2</sup> (trezentos e trinta e três metros quadrados), apresentando as seguintes medidas e confrontações: 12,00 metros de frente para a referida rua; 27,80 metros pela lateral direita, confrontando com o lote 05; 27,70 metros pela lateral esquerda, confrontando com o lote 04 e, 12,00 metros pelos fundos, confrontando com os lotes 22 e 23, matrícula nº 17.885, Livro 2-CE, Fls. 185, R-005 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaúna.

**Art. 4º** Da escritura pública de permuta deverá constar cláusula expressa de obrigação de fazer de responsabilidade integral da permutante ARQUÊ – Projetos e Construções Ltda, pela execução e custeio de projeto de construção com área aproximada de 312,00 m<sup>2</sup>, destinado à concessão de uso autorizada no artigo 7º desta lei.

§ 1º - O imóvel descrito no artigo 1º ficará hipotecado em favor do Município de Itaúna até a conclusão e entrega da obra a ser incorporada ao imóvel descrito no artigo 3º, de acordo com o *caput* deste artigo.

§ 2º - A incorporação deverá ser concluída no prazo de 18 (dezoito) meses após a lavratura da escritura.

**Art. 5º** Para fins da permuta de que trata esta Lei, os imóveis foram avaliados por Comissão especial designada pela Portaria nº 5.413/2014:

- I. lote de terreno público e respectiva construção..... R\$ 385.147,00
- II. lote de terreno particular com construção projetada..... R\$ 451.537,00

**Parágrafo único** – Não haverá ressarcimento por parte dos beneficiários da diferença apurada na avaliação dos respectivos imóveis e custos da incorporação.

**Art. 6º** As despesas com emolumentos relativos aos serviços notariais e de registros decorrentes da permuta correrão à conta da permutante ARQUÊ – Projetos e Construções Ltda.

**Art. 7º** Procedida a permuta fica o Executivo Municipal autorizado a proceder à concessão de direito real de uso do imóvel descrito no artigo 3º desta Lei e futura edificação, pelo prazo de 10 (dez) anos, à entidade de classe SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAÚNA E DE ITATIAIUÇU, CNPJ 16.814.196/0001-98, sediada na Rua Antônio de Matos, nº 284, Centro, nesta cidade, para fins de instalação em sede própria e expansão de suas atividades.

**Art. 8º** A concessão do direito real de uso do imóvel a que se refere o artigo 7º vinculará a concessionária ao cumprimento das seguintes condições:

- I. dedicar-se exclusivamente às atividades previstas em seu estatuto social;
- II. transferir suas atividades em até 90 dias após a conclusão e recebimento da sede a edificada no local;
- III. evitar quaisquer causas de poluição, atendendo a todas as normas de proteção ambiental vigentes, inclusive as de licenciamento;
- IV. recolher os tributos municipais em favor do Município de Itaúna, especialmente o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente sobre suas atividades de prestação de serviços e o IPTU;
- V. não interromper suas atividades por período superior a 6 (seis) meses nos próximos 10 (dez) anos, salvo por motivo justificado, não podendo, entretanto, ultrapassar 12 (doze) meses de inatividade.

**Parágrafo único.** O não atendimento a quaisquer das condições e prazos previstos neste artigo implicará a extinção da concessão, sem que caiba à concessionária qualquer direito à indenização por edificações ou benfeitorias realizadas no imóvel do Município.

**Art. 9º** Considerado o interesse público para a Municipalidade, poderá o Executivo, com as condições expressas nesta Lei e mediante análise das finalidades sociais da entidade beneficiária, proceder a celebração do contrato de concessão, independentemente de licitação.

**Art. 10.** Atendidas as condições estabelecidas no artigo 8º desta Lei e decorridos 10 (dez) anos de atividades da entidade no imóvel objeto da concessão, poderá o Executivo Municipal outorgar-lhe escritura de doação, observado o parágrafo único do artigo 1º, da Lei

3.498/99, na redação determinada pela Lei nº 3.690, de 18 de fevereiro de 2002, que dispõe sobre normas de doação de imóvel da Municipalidade, bem como a cláusula de inalienabilidade pelo prazo de 10 (dez) anos contados a partir da escritura definitiva de doação, prevista no inciso VI, do artigo 1º, da Lei nº 3.498/99, com as alterações da Lei nº 4.342/08.

**Art 11.** Revogadas as disposições contrárias, em especial a Lei nº 4.369 de 13 de março de 2009, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna/MG, de 10 de novembro de 2015.

**Osmando Pereira da Silva**  
Prefeito de Itaúna

**Renato Corradi Bechelaine**  
Secretário Municipal de Administração

**Otacília de Cássia Barbosa Parreiras**  
Procuradora Geral do Município

## **PROJETO DE LEI Nº 53/2015**

### **JUSTIFICATIVA**

Excelentíssimos Senhor Presidente e Senhores Vereadores:

O projeto de lei que ora apresentamos a essa Casa objetiva autorização para alienar imóvel da municipalidade mediante permuta, com vistas a atender à antiga reivindicação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaúna e Itatiaiuçu para ampliação de suas atividades e atendimentos prestados a seus filiados residentes nos municípios de sua área de abrangência.

Constitui avença da permuta a responsabilidade da permutante - ARQUÊ - Projetos e Construções Ltda. - de edificar uma construção de aproximadamente 312,00 m<sup>2</sup> no lote 04A, quadra 76, situado na Rua Geraldo Fagundes descrito no artigo 3º e objeto da permuta, destinada à instalação da sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaúna e Itatiaiuçu pela via do instituto da concessão de uso.

Quanto ao beneficiário da concessão, referida entidade foi fundada há mais de 42 anos e não tem fins lucrativos. Atualmente conta com cerca de 1.200 associados, atendendo e assistindo preferencialmente a população rural de Itaúna e Itatiaiuçu nas áreas médica, jurídica, odontológica, previdenciária, procurando sempre abranger todos os segmentos da área rural no que diz respeito a ITR, CCIR, Cartão de Produtor Rural, cadastro de água, enfim todo atendimento possível para auxiliar o homem do campo. Um número significativo da população urbana também recebe atendimento médico e odontológico.

Para fins de permuta os imóveis foram avaliados por comissão especial designada pela Portaria nº 5413/2014. apurando-se o valor superior do imóvel particular equivalente a R\$ 66.390,00 em relação ao imóvel público. Contudo, não haverá ressarcimento pelos beneficiários, Município ou Sindicato, da diferença apurada na avaliação dos respectivos imóveis e custos da incorporação;

Para a concretização da permuta faz-se necessária a desafetação do imóvel público por se tratar de bem desapropriado com a finalidade de adequação ao projeto de nivelamento e alinhamento decorrente de prolongamento de via pública, passando, por conseguinte, a constituir bem dominial, de conformidade com a Lei Federal nº 10.406/2002.

Nesta oportunidade estamos revogando a Lei nº 4.369/2009, de doação de imóvel ao Sindicato beneficiário, a qual não operou seus efeitos jurídicos e legais por motivo de conveniência administrativa.

Com estas justificativas, aguardamos seja apreciado, votado e aprovado o presente projeto de lei.

Atenciosamente.

**OSMANDO PEREIRA DA SILVA**  
**Prefeito de Itaúna**

## **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO RELATÓRIO**

### **Projeto de Lei nº 76/2015**

Tendo esta Comissão, recebido na data de 19 de novembro de 2015, por parte da Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, a remessa do **Projeto de Lei nº 76/2015**, que “*Dispõe sobre desafetação e permuta de imóveis urbanos para os fins que menciona e dá outras providências*”, e tendo sido nomeado para relatar sobre a matéria em apreço, passo a expor o seguinte esclarecimento:

- O referido projeto objetiva autorização para alienar imóvel da municipalidade mediante permuta, com vistas a atender à reivindicação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaúna e Itatiaiuçu.
- Diante do exposto, passo a emissão do meu voto.

### **VOTO DO RELATOR**

Este relator entende que o supramencionado Projeto de Lei, encontra-se dentro da correta Técnica Legislativa, portanto, sou pela apreciação da presente proposição pelo Plenário.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 2015.

**Nilzon Borges Ferreira**

*Presidente*

Ante a análise do parecer exarado pelo Presidente da Comissão, acatamos o voto do relator.

**Hélio Machado Rodrigues**  
*Membro*

**Lucimar Nunes Nogueira**  
*Membro*

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO – CFO**  
**RELATÓRIO AO PROJETO DE LEI Nº 76/2015**

Tendo a Comissão de Finanças e Orçamento recebido na data de 23 de novembro de 2015 por parte da Secretaria deste Legislativo, o Projeto de Lei nº 76/2015, que ***“Dispõe sobre desafetação e permuta imóveis urbanos para os fins que menciona e dá outras providências”***, de autoria do Exmo. Sr. Prefeito Municipal e tendo sido nomeado para relatar sobre a matéria em apreço, passo a expor as seguintes considerações:

O presente Projeto de Lei 76/2015 de autoria do Executivo itaunense visa autorização legislativa para alienar imóveis públicos mediante permuta para viabilizar a edificação, no prazo de dez anos à entidade de classe SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ITAÚNA E DE ITATIAIUÇU.

Diante do exposto, passo a emissão do meu voto.

**VOTO DO RELATOR**

Assim entende este relator que o supramencionado Projeto de Lei está devidamente instruído, estando apto a ser apreciado pelo Plenário da Câmara.

Sala de Comissões, 26 de novembro de 2015.

**Gleison Fernandes de Faria**  
*Membro/relator*

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO – CFO**

***PARECER FINAL AO PROJETO DE LEI Nº 76/2015***

Diante da análise e emissão do parecer exarado pelo relator da Comissão de Finanças e Orçamento, ante o Projeto de Lei nº 76/2015, que “**Dispõe sobre desafetação e permuta de imóveis urbanos para os fins e nas condições que menciona e dá outras providências**”, de autoria do Executivo Municipal, este vereador entende que o Projeto em pauta está devidamente instruído, sendo favorável à apreciação pelo Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, 26 de novembro de 2015.

Acompanham o voto do relator:

**Giordane Alberto De Carvalho**  
*Presidente da CFO*

**Leonardo Santos Rosemburg**  
*Membro/relator da CFO*